



Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de
Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FORMAÇÃO

Permanente

Caderno pedagógico:

Diversidade Humana na RFEPCT

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCCT



A REDE FEDERAL É DIVERSA!

Foto: Seminário Nacional Rede APE, Brasília, 2026.

Nós, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituídos por pessoas de diferentes regiões do Brasil e representantes de múltiplos perfis sociais, culturais, raciais, de identidade de gênero e de sexualidade [...] reconhecemos que a Rede Federal tem sido fundamental em nossas trajetórias, não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como um lugar que nos acolhe, nos fortalece e nos permite projetar novos futuros.

[...] Desejamos que a Rede continue ampliando essas possibilidades, alcançando ainda mais estudantes e fortalecendo seu compromisso com uma educação pública, inclusiva e transformadora. Esperamos que mais pessoas possam se reconhecer nesse espaço, encontrar apoio para permanecer e alcançar seus objetivos, assim como nós encontramos.

Trecho da Carta dos Estudantes da RFEPCCT lida no Seminário Nacional REDE APE, 2026

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Diversidade

Seja menos preconceito, seja mais amor
no peito

Seja Amor, seja muito mais amor.
E se mesmo assim for difícil ser

Não precisa ser perfeito
Se não der pra ser amor que seja pelo
menos respeito.
Há quem nasceu pra julgar

É há quem nasceu pra amar
E é tão difícil entender em qual lado
a gente está
Que o lado certo é amar!

Amar pra respeitar
Amar para tolerar
Amar para compreender,

Que ninguém tem o dever de ser igual a
você!
O amor meu povo,
O amor é a própria cura, remédio pra
qualquer mal.

Cura o amado e quem ama
O diferente e o igual
Talvez seja essa a verdade

Que é pela a anormalidade que todo
amor é normal.
Não é estranho ser negro, o estranho
é ser racista.
Não é estranho ser pobre, o estranho é
ser elitista.

O índio não é estranho, estranho é o
desmatamento.
Estranho é ser rico em grana, e pobre em
sentimento.
Não é estranho ser gay, estranho é ser
homofóbico.

Nem meu sotaque é estranho, estranho é
ser xenofóbico.

Meu corpo não é estranho, estranho é a
escravidão que aprisiona seus olhos na
grade de um padrão.
Minha fé não é estranha, estranho é a
acusação, que acusa inclusive quem não
tem religião.

O mundo sim é estranho, com tanta
diversidade
Ainda não aprendeu a viver em
igualdade.
Entender que nós estamos

Pecorrendo a mesma estrada.
Pretos, brancos, coloridos
Em uma só caminhada

Não carece divisão por raça, religião
Nem por sotaque
Oxente!

Sejam homem ou mulher
Você só é o que é
Por também ser diferente.

Por isso minha poesia, que sai aqui
do meu peito
Diz aqui que a diferença nunca foi
nenhum defeito.
Eu reforço esse clamor:

Se não der pra ser amor, que seja
ao menos respeito!

– Bráulio Bessa

SUMÁRIO

	FUNDAMENTOS DA DIVERSIDADE HUMANA.....	5
	Diversidade humana no contexto escolar.....	6
	Diversidade na RFEPCT.....	9
	Diversidade étnico-racial.....	12
	Diversidade de gênero e orientação sexual.....	15
	Gênero, sexualidade e inclusão no contexto educacional.....	19
	Diversidade geracional.....	21
	Diversidade socioeconômica.....	24
	NÚCLEOS ESPECIALIZADOS E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE NA RFEPCT.....	27
	Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.....	27
	Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.....	29
	Núcleos de Gênero e Sexualidade.....	31
	Núcleos de Arte e Cultura.....	33
	ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA DIVERSIDADE NA RFEPCT.....	35
	CONSIDERAÇÕES.....	38
	REFERÊNCIAS.....	39

FUNDAMENTOS DA DIVERSIDADE HUMANA

A diversidade se refere à pluralidade que caracteriza a condição humana. Quando tratamos de diversidade humana, reconhecemos que as pessoas são atravessadas por múltiplas identidades, sociais, culturais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, religiosas e socioeconômicas.

Homens e mulheres; pessoas negras, brancas e indígenas; jovens e idosos; pessoas com deficiência, trabalhadoras(es), estudantes e pessoas LGBTQIAPN+; habitantes de contextos urbanos e rurais, todos compõem o tecido que forma a sociedade. A humanidade é, por natureza, diversa. Entretanto, essa pluralidade não se manifesta em condições iguais. Ao longo da história, determinados grupos foram sistematicamente marginalizados e silenciados. Por essa razão, a diversidade não é apenas uma característica social, mas também um campo de disputas por reconhecimento, dignidade e direitos.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO



Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Art. 2º - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Constituição Federal (1988):

Inciso IV, Art.3º - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]

Direitos humanos são direitos universais que toda pessoa tem pelo simples fato de existir (MDHC, 2022). Entretanto, sua garantia é uma responsabilidade coletiva e institucional. Isso significa que assegurar igualdade não é ato de benevolência, mas dever jurídico e ético.

Reconhecer a diversidade humana implica compreender que as diferenças não devem produzir desigualdades. Pelo contrário, quando acolhidas e respeitadas, tornam-se fonte de aprendizado e transformação. A diversidade humana é, portanto, uma das maiores virtudes das sociedades. É a partir do encontro e interação com o outro que ampliamos nossa visão de mundo e também revisitamos nossas próprias identidades.



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

A DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Leia o trecho abaixo extraído do romance Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior (2019, p. 85).



Poder estar ao lado de meu pai era melhor do que estar na companhia de dona Lourdes, com seu perfume enjoativo e suas histórias mentirosas sobre a terra. Ela não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só havia histórias de soldado, professor, médico e juiz. [...] Com Zeca Chapéu Grande me embrenhar pela mata nos caminhos de ida e de volta, e aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, sobre as mudanças secretas que o céu e a terra viviam. Aprendia que tudo estava em movimento - bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava para mim e dizia: “O vento não sopra, ele é a própria viração”, e tudo aquilo fazia sentido. “Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida”, ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado. Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua.

A citação em destaque apresenta uma reflexão sobre saberes, pertencimento e reconhecimento. Nela, o personagem compara os ensinamentos do pai com as aulas da professora, evidenciando um contraste entre o conhecimento vivido e o conhecimento legitimado pela escola. Ao afirmar que o pai “não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua”, o texto provoca uma pergunta essencial à educação: **que saberes a escola reconhece como válidos e quais ela invisibiliza?**

A diversidade humana, quando pensada no contexto escolar, exige que se reconheçam as múltiplas trajetórias que as pessoas carregam consigo. Estudantes não chegam à instituição como matrículas e seus respectivos números, mas como pessoas atravessadas por experiências diversas, de acordo com aspectos familiares, culturais, sociais, econômicos, dentre outros. Quando a instituição educacional ignora essas vivências, pode produzir distanciamento, falta de vínculos e pertencimento; quando as acolhe, transforma-se em espaço de construção de sentido.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)

Art. 3º - O ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

A instituição educacional, portanto, deve ser compreendida como espaço acolhimento e proteção, seja ela física ou emocional. É lugar de sociabilidade, de construção de identidade e de pertencimento. Muitos estudantes chegam às instituições de ensino atravessados por inseguranças, experiências de exclusão ou fragilidades emocionais. Quando encontram acolhimento e reconhecimento, criam raízes que sustentam a permanência e favorecem o êxito acadêmico.

Dessa forma, a instituição educacional precisa ser um ambiente que acolhe e respeita a diversidade, com professoras(es), técnicas(os) administrativas(os) e trabalhadoras(es) terceirizadas(os) preocupadas(os) e atentas(os) à sensibilização e humanização de seus estudantes.

Nascimento e Ferreira (2021) propõem uma reflexão que remete às necessidades fundamentais de sobrevivência para mostrar a relevância de aspectos voltados à afetividade no trabalho educativo. Para isso, remetem a Alves (2002) e Vigotski (2001):



Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim "affetare", quer dizer "ir atrás". É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado" (Alves, 2002).

Todo conhecimento deve ser antecedido de uma sensação de sede. O momento de emoção e do interesse deve necessariamente servir de ponto de partida a qualquer trabalho educativo" (Vigotski, 2001, p.145).

Assim, todos aqueles que fazem parte de uma instituição educacional contribuem para o processo de aprendizagem dos seus membros. **Nessa perspectiva, apresentamos o questionamento: O que move seu trabalho no dia a dia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC)?**

O trabalho dos profissionais da educação é desafiado permanentemente, especialmente em contextos marcados por escassez de recursos, pela multiplicidade de atribuições e demandas institucionais cada vez mais crescentes. Ainda assim, o fazer educativo com qualidade se sustenta pelo compromisso ético e humano daquelas(es) que não perdem sua força motriz, como a sede e a fome representadas.

Além do lugar de segurança e de afetividade, a reflexão sobre a função social da instituição educacional é representada por Luckesi (1994), ao indicar que a educação pode assumir três sentidos na sociedade:

- * Redenção: busca integrar indivíduos à ordem estabelecida;
- * Reprodução: mantém estruturas e desigualdades;
- * Transformação: atua criticamente na construção de uma sociedade mais justa;



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCCT

No contexto da diversidade, essa distinção é fundamental. A instituição pode se limitar a adaptar estudantes às normas vigentes ou pode contribuir para o exercício do questionamento de práticas que produzem exclusão e desigualdade.

No âmbito da RFEPCCT, educar para a diversidade significa assumir a educação como prática transformadora. Significa reconhecer que acesso, permanência e êxito não dependem apenas do esforço individual, mas também do ambiente institucional, das metodologias adotadas, das relações estabelecidas e das oportunidades efetivamente garantidas. A diversidade, quando ignorada, pode gerar afastamento e evasão; quando acolhida, fortalece o pertencimento e amplia horizontes.



Assim, compreender a diversidade no contexto escolar exige mais do que reconhecer diferenças. Exige revisar práticas, ampliar escutas e reafirmar o compromisso com a dignidade humana. A instituição educacional que promove o diálogo se torna espaço de humanização e é na humanização que a educação encontra sua potência transformadora.

PARA REFLETIR



Quem são os estudantes que frequentam sua instituição?

Quais grupos têm suas identidades reconhecidas e valorizadas?

Quais ainda permanecem invisibilizados?

Como as ações desenvolvidas em seu contexto contribuem para promover uma educação comprometida com a diversidade?

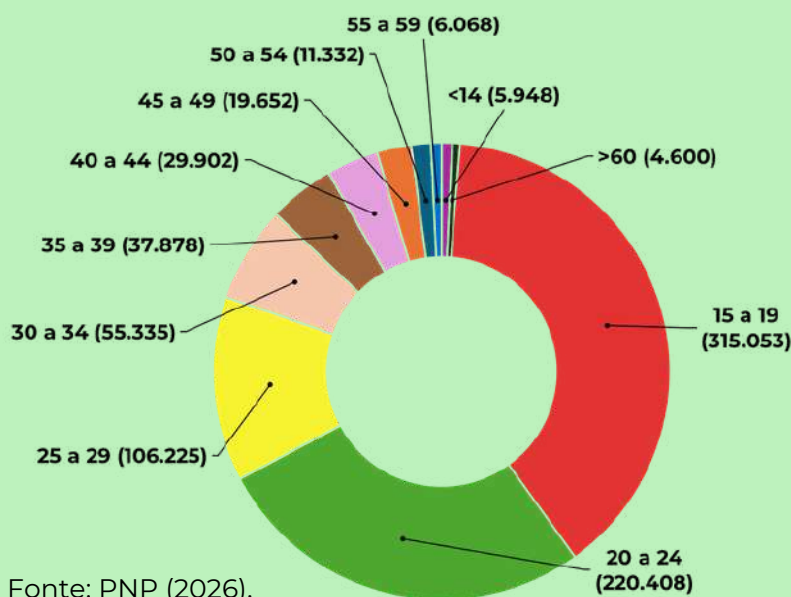


DIVERSIDADE NA RFEPCT

Atualmente, a RFEPCT reúne em sua composição Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Trata-se de uma rede capilarizada, marcada por distintas realidades institucionais e um público amplo e diverso.

Nesse contexto, conhecer quem são as/os estudantes que acessam essas instituições é um passo fundamental para pensar políticas e práticas que reconheçam as diversidades. O conjunto dessas informações pode ser acessado no Observatório de Dados da RFEPCT que é a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). - um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação de estatísticas oficiais. Em sua atualização mais recente, a base de dados incorporou informações sobre faixa etária, sexo, renda familiar e classificação racial, entre outros indicadores. A incorporação dessas informações qualifica o monitoramento da diversidade na RFEPCT e permite uma compreensão mais próxima do perfil das/os estudantes. Confira abaixo alguns desses dados!

Gráfico 1: Número de matrículas por faixa etária, em milhares, na modalidade presencial em 2025 (exceto cursos FIC).



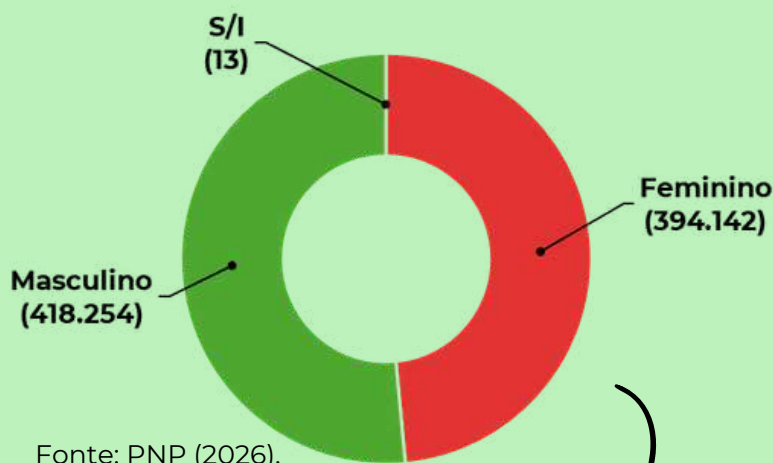
Fonte: PNP (2026).

Gráfico em rosca com a distribuição etária das matrículas presenciais, exceto FIC. Predomina a faixa de 15 a 19 anos, com 315.053 estudantes. Há, também, a presença de adultos e idosos, indicando diversidade geracional na Rede.

Os dados mostram a presença de diferentes gerações compartilhando os mesmos espaços educacionais. As faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos concentram cerca de 65% das matrículas, o que sinaliza a presença expressiva de jovens na Rede Federal. Ao mesmo tempo, os contingentes de outras faixas etárias também compõem esse cenário, desde crianças e adolescentes com menos de 14 anos até adultos e pessoas idosas. Esse panorama revela que a diversidade de gerações é uma característica da RFEPCT e, por isso, precisa ser considerada como um elemento orientador das ações institucionais.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCCT

Gráfico 2: Número de matrículas por sexo, em milhares, na modalidade presencial em 2025 (exceto cursos FIC).



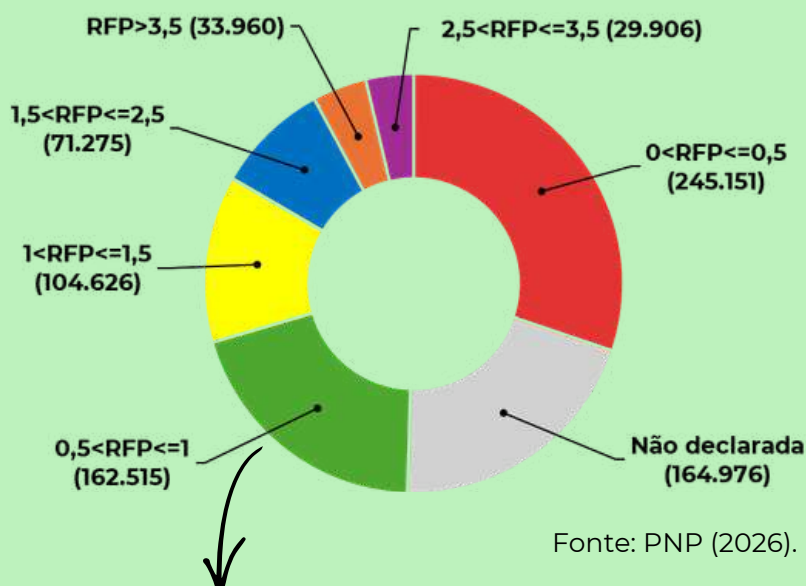
Fonte: PNP (2026).

Gráfico em rosca sobre a distribuição por sexo de matrículas presenciais, exceto FIC. Os dados indicam distribuição equilibrada.

A distribuição de matrículas por sexo na RFEPCCT revela uma composição equilibrada entre estudantes do sexo masculino e feminino, que correspondem, respectivamente, a 51,48% e 48,52%. Além disso, em 2026, ano base 2025, a PNP passou a incorporar informações sobre Gênero, registrando 238 homens trans, 244 mulheres trans e 172 pessoas não binárias. Esse é um dado importante, contudo sua leitura exige cautela, pois 77,82% das matrículas aparecem como não declaradas nesse indicador, o que tende a revelar uma subnotificação.

Gráfico 3: Número de matrículas por renda familiar, em milhares, na modalidade presencial em 2025 (exceto cursos FIC).

No que se refere às matrículas por renda familiar, os dados indicam que pelo menos metade das matrículas da RFEPCCT englobam as rendas de até 0,5 salário mínimo por pessoa e entre 0,5 e 1 salário mínimo. Isso demonstra que esses estudantes vivenciam condições de vulnerabilidade que podem impactar diretamente seu percurso formativo. Ao mesmo tempo, cerca de 20% das matrículas aparece na categoria não declarada, trazendo a possibilidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade ser ainda maior.



Fonte: PNP (2026).

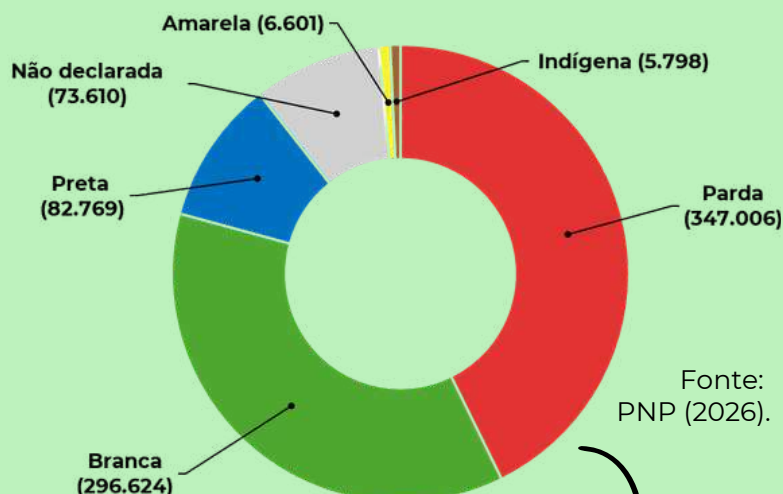
Gráfico em rosca sobre a distribuição de renda familiar per capita declarada nas matrículas presenciais, exceto FIC. A maior faixa é de até 0,5 salário mínimo por pessoa, com 245.151 matrículas.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT



Gráfico 4: Número de matrículas por Raça, em milhares, na modalidade presencial em 2025 (exceto cursos FIC).

A distribuição das matrículas por raça na RFEPCT apresenta uma composição predominante de pessoas negras (pardas e pretas), totalizando 52,9% do total de matrículas, enquanto cerca de 9% ainda não está declarada. Esse contexto dialoga com as transformações observadas em dados nacionais. No Censo demográfico (IBGE, 2022) pela primeira vez, a população autodeclarada preta e parda tornou-se maioria no Brasil, resultado de fatores demográficos, mas também de pertencimento e reconhecimento étnico-racial.



Fonte: PNP (2026).

Gráfico em rosca sobre a classificação racial das matrículas presenciais, exceto FIC. Pardos são maioria, com 347.006 matrículas.

Em conjunto, os dados da Plataforma Nilo Peçanha evidenciam que a diversidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) se materializa no cotidiano das instituições. Mais do que caracterizar perfis ou apontar predominâncias, esses dados revelam a pluralidade de trajetórias, identidades e condições de vida que compõem a comunidade estudantil, reforçando a importância de um olhar atento e comprometido com as necessidades e potencialidades de cada estudante.

Assim, vimos que o reconhecimento das diversidades é um fundamento indispensável para pensar as ações institucionais, com isso, **convidamos você a acessar a PNP e explorar os dados do seu campus ou unidade e refletir sobre os desafios e potencialidades da sua instituição.**

OBS: Para que os dados representem com maior precisão a realidade analisada nesta seção, desconsidere os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e filtre apenas os cursos presenciais. Considere também o ano-base da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que corresponde ao ano de realização das atividades acadêmicas e financeiras nas instituições. Os dados são consolidados e publicados no ano seguinte. Assim, a PNP 2026 apresenta os dados referentes ao ano-base 2025.

PARA REFLETIR

De acordo com a PNP, quem são as/os estudantes que frequentam sua instituição com base na faixa etária, no sexo, na renda e na raça?

Ao relacionar os números e seu cotidiano quais os maiores desafios? O que observa como potencialidade em relação à diversidade?



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”.

- Provérbio Africano.



A diversidade étnico-racial constitui uma dimensão fundamental da sociedade brasileira. Compreender essa diversidade exige reconhecer os processos históricos que marcaram a formação do país e que ainda hoje influenciam o acesso à educação, as oportunidades e as desigualdades vivenciadas por diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, é essencial reafirmar que os povos originários já habitavam o território brasileiro muito antes da chegada dos europeus e dos africanos, a partir 1500. Essa compreensão rompe com a ideia tradicional de que o Brasil foi "descoberto", expressão que invisibiliza as existências de centenas de etnias e culturas indígenas que ocupavam esse território há milhares de anos.

O Brasil foi descoberto e não conquistado: nesta ótica transpõe-se um movimento em face da natureza (a descoberta) para um processo social (a conquista), retirando-se (e reiterando-se) um fator decisivo que torna um totalmente diferente do outro, isto é, a violência física e simbólica (Lima, 1995, P. 410).

Esse processo de conquista foi sucedido por profundas transformações para os povos originários, marcadas por expropriações e despovoamentos. Ao mesmo tempo, consolidava-se um sistema econômico sustentado pela escravização de povos africanos que durou mais de três séculos. Estima-se que aproximadamente cinco milhões de africanos desembarcaram no nosso litoral, tornando o Brasil como o maior destino do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas.

**DÊ UM
CLIQUE**



Ferramentas como o site Slave Voyages permitem visualizar a dimensão desse processo histórico por meio de mapas, tabelas e linhas do tempo:

<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates#timeline>

Mesmo diante da violência da escravização, os povos das diferentes etnias africanas que atravessaram o atlântico construíram formas de resistência. Entre elas estão os quilombos, “estruturas sociais, políticas, econômicas e militares para resistir ao regime escravocrata bem como uma forma de sobrevivência das pessoas negras a este período” (Santos; Aragão, 2025).

Esses espaços mantêm um legado que permanece vivo até hoje nas comunidades quilombolas, na preservação de saberes, de identidades e na luta pelo reconhecimento de territórios e direitos.

12

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Sobre direitos, o Brasil foi o último país do ocidente a abolir formalmente a escravidão, em 1888. Mas tal ato não significou o fim das desigualdades raciais, pois sem políticas de reparação ou acesso a terra, à educação e ao trabalho, milhões de pessoas negras permaneceram em condição de exclusão, perpetuando desigualdades cujos efeitos ainda se refletem na sociedade brasileira.

A partir desse contexto, convidamos você, cursista, a refletir sobre a abolição da escravidão a partir da música 14 de maio, escrita pelo compositor, cantor e ativista brasileiro Lazzo Matumbi em parceria com o professor Jorge Portugal.

 **SOBE O SOM**

Lazzo Matumbi - 14 de Maio
https://drive.google.com/file/d/11VphUgkbl9_yGKwkiSkVfNpdjHBCY84s/view?usp=sharing



O conteúdo da música aponta para os limites da abolição formal da escravidão e evidencia como a liberdade jurídica não foi acompanhada por condições efetivas de inclusão social, educacional e econômica para a população negra no Brasil. Ao denunciar a permanência das desigualdades e do racismo estrutural, a canção problematiza os efeitos históricos da exclusão e evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e justiça social.

No contexto da RFEPC, essa reflexão ganha especial relevância. Conforme apresentado no Gráfico 4 da seção anterior, o conjunto de estudantes autodeclarados pardos e pretos representa a maioria das matrículas da RFEPC. Além disso, com a ampliação das ações afirmativas voltadas ao ingresso de estudantes indígenas e quilombolas, a diversidade étnico-racial torna-se cada vez mais presente nas instituições. Esse cenário exige que a educação profissional, científica e tecnológica promova não apenas o acesso, mas também a permanência, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento desses estudantes e de outros grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a valorização das relações étnico-raciais, o enfrentamento ao racismo e a ampliação nos currículos dos conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são fundamentais para o reconhecimento dessa diversidade.

Nessa perspectiva, compreender o racismo como um fenômeno estrutural evidencia por que a temática da diversidade étnico-racial deve ocupar um lugar permanente nas instituições educacionais. O enfrentamento ao preconceito e à discriminação exige o reconhecimento das desigualdades historicamente produzidas, bem como a valorização das culturas, dos saberes e das contribuições dos povos indígenas, africanos, afro-brasileiros e quilombolas para a formação e fortalecimento da sociedade brasileira.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO



Obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008)

O conteúdo programático inclui como estudo obrigatório a luta dos negros e dos povos indígenas do Brasil, resgatando suas contribuições para as diversas áreas.

Ingresso nas Instituições Federais de Ensino (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 14.723/2023)

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em suma, os marcos legais representam importantes conquistas, mas sua efetividade depende da atuação no dia-a-dia de cada unidade e de seus agentes - professoras(es), técnicas(os)-administrativas(os) e trabalhadoras(es) terceirizadas(os). A transformação dessas legislações em ações práticas exige compromisso contínuo com a educação transformadora e antirracista.

PARA REFLETIR



Na sua instituição, de que maneira essas legislações são concretizadas?

As/Os estudantes desses grupos se reconhecem nos currículos, projetos e espaços da sua instituição?

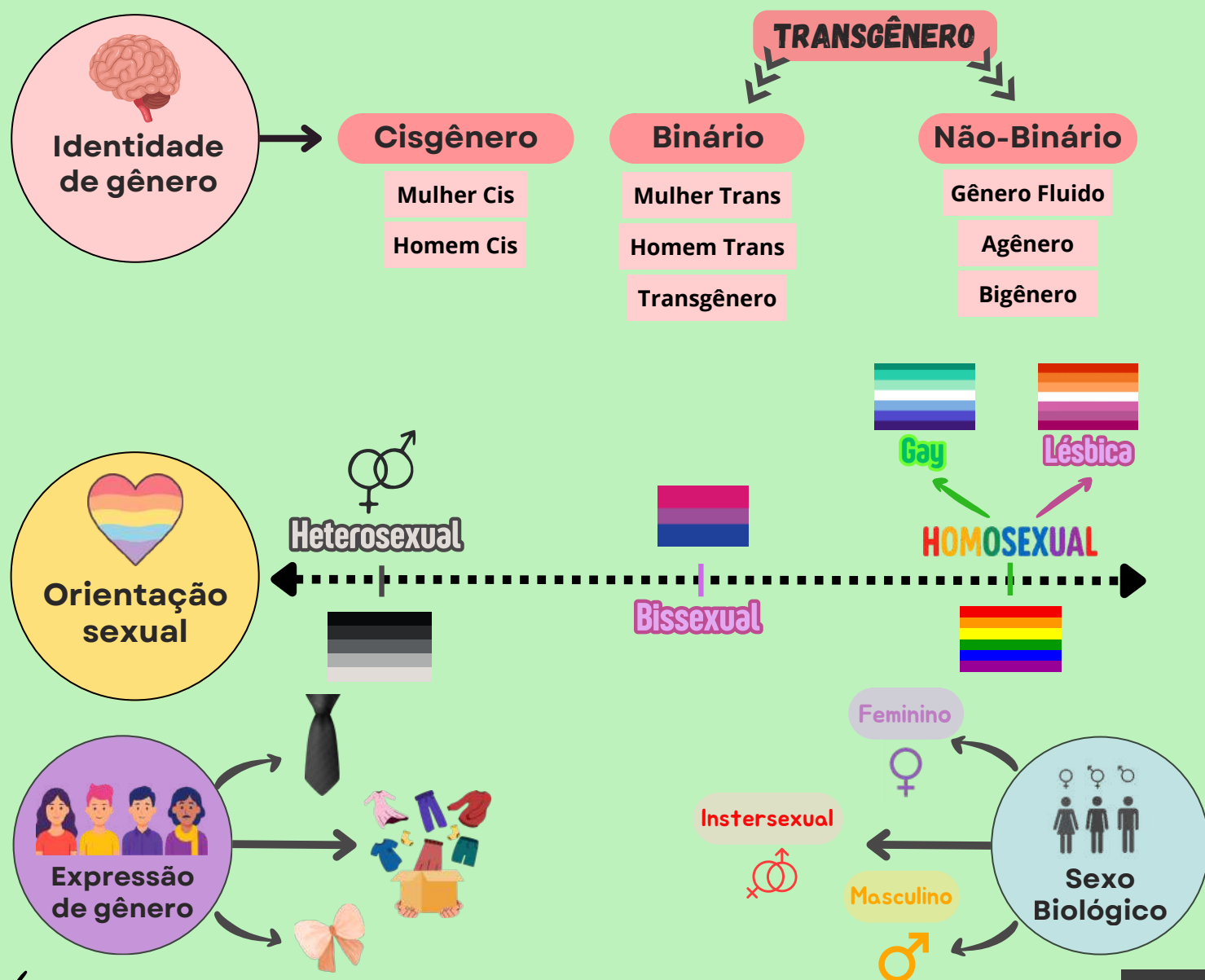
Quais os principais desafios relacionados à diversidade étnico-racial estão presentes na sua instituição?



DIVERSIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

No contexto educacional, abrir espaço para o debate sobre diversidade de gênero e orientação sexual implica reconhecer essa dimensão histórica e epistemológica. Trata-se não apenas de incluir pautas sobre identidade(s), mas de questionar as bases que sustentaram concepções excludentes e de construir práticas institucionais comprometidas com o respeito, a equidade e os direitos humanos. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender e diferenciar os conceitos que constituem as subjetividades das(os) estudantes, favorecendo a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

TERMOS ESSENCIAIS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE



Fonte: Elaboração própria, com base em VIEIRA e HATSUMURA (2024)

Infográfico que organiza conceitos sobre diversidade de gênero e sexualidade, e apresenta termos relacionados a identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero e sexo biológico.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Não conhece todos os conceitos? Consulte o material recomendado abaixo desenvolvido por servidoras da RFEPC para aprofundar sua compreensão.

EXPLORE OS CONCEITOS

VIEIRA, Azenaide Abreu Soares; HATSUMURA, Mitsuko. **Respeitando as diferenças: Guia para acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em:
<https://view.genially.com/66d0b8b8d266523b01c40e89/guide-respeitando-as-diferencas-guia-interativo-final>.



Quando se trata da diversidade de gênero e orientação sexual, é comum ouvir a afirmação: “no meu tempo não existia isso”, geralmente usada para se referir às pessoas LGBTQIA+ atrelando a homossexualidade à atualidade. No entanto, ao olhar para a história das terras que hoje são o Brasil, percebe-se que essas vivências sempre estiveram presentes. No entanto, com a chegada dos portugueses ao Brasil houve grandes repressões às culturas aqui existentes, incluindo as diversas formas de expressão da sexualidade que passaram a ser consideradas pecaminosas. A Igreja e o Estado atuaram juntos para impor o modelo de sexualidade baseado no casamento heterossexual e na reprodução, punindo práticas como a sodomia, inclusive com penas severas como a morte (Diniz, 2025).

Embora a ausência de registros escritos anteriores à chegada dos europeus dificulte compreender as relações afetivas dos povos originários, outras evidências ajudam a reconstruir essa realidade. A existência de pinturas rupestres datadas de vinte mil anos no Parque Nacional Serra da Capivara, situado no estado do Piauí, indicam que diferentes práticas sexuais e sociais eram tratadas com naturalidade pelos povos do passado, tanto em relação ao corpo quanto aos afetos (Justamand, 2021). Além disso, relatos de portugueses mostram que havia uma relativa liberdade sexual entre os povos nativos, o que causou tanto admiração quanto rejeição por parte dos europeus, influenciados pela moral cristã (Diniz, 2025).

No período colonial, registros históricos também evidenciam a presença de sexualidades divergentes, como os casos de Xica Manicongo, Felipa de Souza e Tibira do Maranhão, reconhecida como a primeira vítima fatal documentada da homofobia no Brasil. Segundo o Projeto de Lei n.º 2.022 de 2023, Tibira foi assassinado em 1614 em razão de sua orientação sexual.



“O heroísmo de Tibira do Maranhão na construção de nossa Pátria é atemporal. Tibira do Maranhão foi executado com uma bala de canhão por ter ousado ser quem era: Indígena e homossexual, sua existência foi perseguida pelo projeto do Estado colonial que visava o aniquilamento das subjetividades construídas pelos povos originários, pelos que faziam da nossa ainda inexistente pátria em uma terra de subserviência, uma colônia de exploração, na qual seus líderes tinham como objetivo dizimar os povos originários, acabar com suas culturas, línguas e despi-los de qualquer orgulho que tinham de si.” (BRASIL, 2023, p. 2)



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Ao longo do tempo, houveram mudanças importantes, como o fim da Inquisição e a descriminalização da homossexualidade no século XIX. Entretanto, essas transformações legais não foram suficientes para eliminar o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Diante desse cenário, surgiram movimentos organizados de resistência e reivindicação de direitos.

FORMAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ ORGANIZADO

DÉCADA DE 1970

1978: CRIAÇÃO DO GRUPO SOMOS (SP) → MARCO INICIAL DO MOVIMENTO LGBT+ ORGANIZADO.

- Contexto: final da ditadura militar e reorganização dos movimentos sociais.

DÉCADA DE 1980

1980: CRIADO O GRUPO GAY DA BAHIA (GGB)

1980: PROTESTOS CONTRA VIOLÊNCIA POLICIAL (OPERAÇÃO LIMPEZA).

1981–1987: JORNAL CHANACOMCHANA (MOVIMENTO LÉSBICO).

1983: PROTESTO NO FERRO'S BAR (SP)

→ CHAMADO DE "STONEWALL BRASILEIRO", EPISÓDIO DE REPRESSÃO VIOLENTA ÀS LÉSBICAS DURANTE A DITADURA.

1985: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA DEIXA DE CONSIDERAR HOMOSSEXUALIDADE COMO DOENÇA.

EPIDEMIA DE HIV/AIDS:

- Estigmatização da população LGBT.
- Surgimento de redes de apoio e diálogo com o Estado.

DÉCADA DE 1990

1992: CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E LIBERADOS (ASTRAL).

1997: PRIMEIRA PARADA DO ORGULHO LGBT+ EM SÃO PAULO.

1999: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) PROÍBE TERAPIAS DE "CURA GAY".

DÉCADA DE 2000

2011: RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA.

2015: DIREITO À ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVAS.

2018: PESSOAS TRANS PODEM ALTERAR NOME E GÊNERO NO REGISTRO CIVIL.

2019: LGBTFOBIA PASSA A SER CRIME.

ATUALIDADE

2020: AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE SANGUE POR PESSOAS LGBT+.

PERSISTÊNCIA DE:

- VIOLÊNCIA E ALTOS ÍNDICES DE ASSASSINATOS.
- CONSERVADORISMO POLÍTICO E SOCIAL.

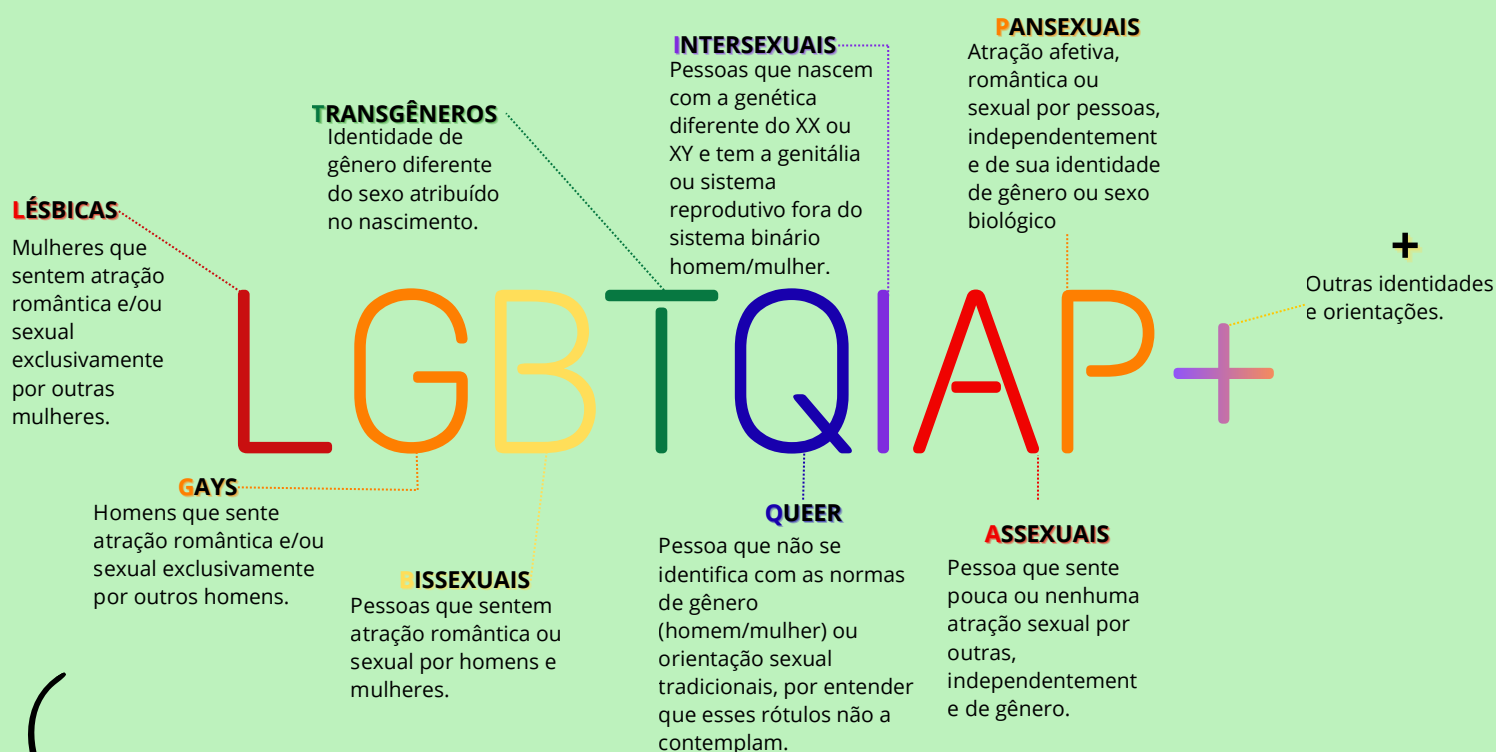
Fonte: Elaboração própria, com base em Diniz (2025)

Linha do tempo que apresenta a formação e o desenvolvimento do movimento LGBTQIA+ organizado no Brasil, destacando eventos importantes desde a década de 1970 até a atualidade, como a criação de grupos de ativismo, protestos, conquistas de direitos civis e avanços legais relacionados à população LGBTQIA+.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

A trajetória o movimento LGBTQIAP+ reflete a ampliação de pautas, identidades e formas de luta, evidenciada, inclusive, na evolução da própria sigla, que busca representar a diversidade de experiências e demandas da comunidade. Essa pluralidade demonstra que o movimento não é homogêneo, mas resultado de uma construção histórica, social e política contínua, marcada por avanços, desafios e resistências.

SIGNIFICADOS DAS PRINCIPAIS LETRAS DA SIGLA LGBTQIAP+.



Fonte: Elaboração própria, com base em Strapazzon e Cesaro (2021)

A imagem apresenta o significado das letras da sigla LGBTQIAP+, explicando brevemente cada termo.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

Nome Social (Decreto nº 8.727/2016):

Garante o uso do nome social de pessoas trans na administração pública federal, assegurando seu reconhecimento, respeito e inclusão em todos os registros e atendimentos.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF, 2019)

Mesmo sem a existência de uma lei específica para criminalizar a homofobia e a transfobia, essas práticas são consideradas crimes no Brasil. Em 2019, o STF, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e o Mandado de Injunção (MI) nº 4733, decidiu que atos de discriminação motivados por orientação sexual ou identidade de gênero devem ser enquadrados, até que o Congresso Nacional edite legislação específica, nos tipos penais previstos na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo).



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

> GÊNERO, SEXUALIDADE E INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL



Luzmarina percebeu já no início das aulas que se havia tolerância, respeito e inclusão por parte de professores, colegas e servidores, era uma grata surpresa, porém não era um padrão.

Também recebia olhares que eram de reprovação. Também ouvia piadas que eram ditas sussurradas ao passar nos corredores, e ao ir lanchar na cantina com a sua namorada, que também era menina.” (CONOPCA; CAVALARI JUNIOR, 2019, p. 32).

As instituições educacionais são espaços que podem reproduzir preconceitos ou transformar realidades. O cordel “O menino que nasceu aos 15 anos” evidencia isso ao retratar a trajetória de um estudante trans ao entrar em um Instituto Federal. A obra destaca desafios como o não reconhecimento da identidade de gênero, o uso inadequado do nome e a falta de preparo institucional, aspectos que impactam diretamente o acesso, a permanência e o êxito escolar.

**DÊ UM
CLIQUE**



CONOPCA, Maria do Carmo; CAVALARI JUNIOR, Octavio. **O menino que nasceu aos quinze anos**. Brasília, DF: EduCapes. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433743/2/ebook_O_MENINO_QUE_NASCEU%20AOS_QUINZE_ANOS_CONOPCA_Maria_do_Carmo_CAVALARI_JR_Octavio.pdf

O ambiente escolar ideal consiste em um espaço em que todas/os estudantes se sintam acolhidos, respeitados e incluídos, sem a necessidade de modificar sua identidade, suas expressões ou seu modo de ser para serem aceitos. Entretanto, a realidade evidencia que práticas e discursos marcados pelo machismo, pela misoginia e pela LGBTfobia ainda persistem e, em muitos contextos, encontram-se naturalizados no cotidiano escolar, produzindo situações de exclusão, discriminação e violência.

Historicamente, a educação escolar brasileira foi estruturada com base em valores e normas que tomavam como referência um modelo considerado “normal”, centrado na figura do sujeito adulto, masculino, branco, heterossexual e pertencente aos grupos socialmente hegemônicos. Nesse contexto, o currículo escolar não se limitava, apenas, aos conteúdos formais ensinados em sala de aula, mas também se manifestava nas relações cotidianas, nos discursos, nas brincadeiras, nas regras e nos comportamentos reproduzidos no ambiente educacional (JUNQUEIRA, 2013).

Junqueira (2013), ao discutir a “pedagogia do armário”, afirma que o currículo em ação produz e reproduz normas sociais que regulam corpos, identidades e sexualidades, fortalecendo práticas heteronormativas dentro do espaço escolar.



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Nesse cenário, o machismo e a misoginia tornam-se elementos fundamentais para a construção das masculinidades dentro das instituições educacionais. Meninos e rapazes aprendem desde cedo que, para serem reconhecidos como “homens de verdade”, precisam rejeitar tudo aquilo associado ao feminino e à homossexualidade. Assim, manifestações de sensibilidade, afeto ou comportamentos considerados femininos passam a ser ridicularizados e reprimidos. Além disso, a violência não se restringe às atitudes dos estudantes, sendo muitas vezes legitimada pelo silêncio institucional de professoras(es), gestoras(es) e demais membros das instituições educacionais, que frequentemente tratam essas situações como algo banal ou inevitável.

O TEMA NAS TELAS

Como forma de ilustrar essas discussões, o filme *Billy Elliot* evidencia como os padrões de masculinidade são impostos desde a infância e como comportamentos associados ao feminino frequentemente tornam-se alvo de repressão social.



Billy Elliot



Diante dessa realidade, combater o machismo, a misoginia e a LGBTfobia exige mais do que discursos genéricos sobre respeito e tolerância. É necessário questionar e desestabilizar as normas e hierarquias que sustentam a heteronormatividade dentro das instituições educacionais. Isso implica problematizar práticas curriculares, discursos e relações de poder que naturalizam desigualdades e reforçam exclusões.

Uma educação verdadeiramente democrática deve promover espaços de convivência baseados na dignidade humana, no reconhecimento das diferenças e na valorização da diversidade. Assim, a escola pode deixar de ser um espaço de vigilância e normalização para tornar-se um ambiente de acolhimento, aprendizagem e transformação social.

PARA REFLETIR



Como a sua instituição tem tratado as questões de diversidade de gênero e orientação sexual no contexto educacional?

A partir dos dados da PNP sobre gênero, como sua instituição tem trabalhado a temática?



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

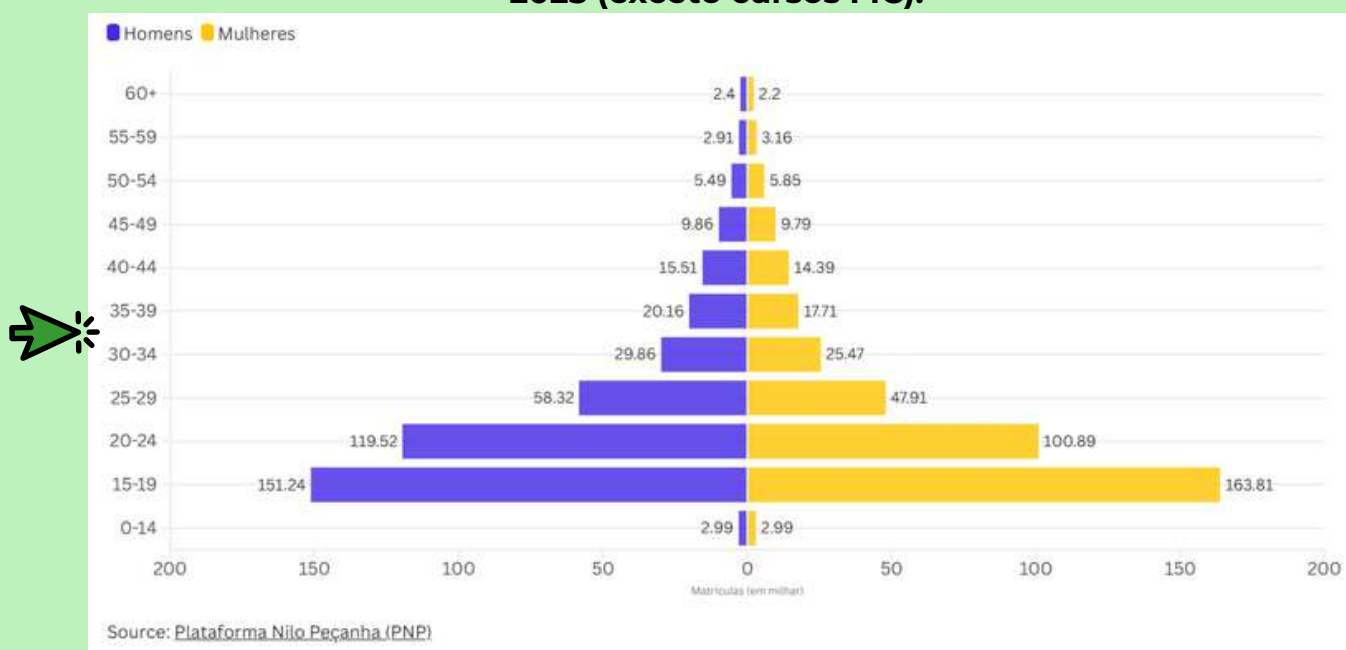
DIVERSIDADE GERACIONAL

A pirâmide etária da RFEPCT revela que diferentes gerações compartilham os mesmos espaços educativos: jovens, adultos e pessoas idosas.



Para observar mais detalhes, clique na imagem e no link subsequente para ampliar a visualização.

Gráfico 5: Pirâmide etária da RFEPCT, em milhares, na modalidade presencial em 2025 (exceto cursos FIC).



Fonte: Elaboração própria, com base na PNP, 2026.

A pirâmide etária está dividida entre homens (à esquerda, em roxo) e mulheres (à direita, em amarelo). A base da pirâmide concentra o maior número de matrículas nas faixas de 15 a 19 anos (151,24 mil homens e 163,81 mil mulheres). O topo mostra um afunilamento contínuo nas faixas etárias mais avançadas até a categoria 60+, que registra os menores valores, mas ainda assim relevantes (2,4 mil para homens e 2,2 mil para mulheres).

Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir se estamos preparados para educar públicos geracionalmente diversos, reconhecendo suas diferentes trajetórias de vida e adequando as práticas pedagógicas às especificidades de cada geração. As distintas experiências, valores, expectativas e formas de interação presentes em um mesmo contexto educativo demandam abordagens de ensino e aprendizagem mais inclusivas, aos diferentes grupos etários que estão presentes na RFEPCT.

No entanto, essa diversidade contrasta com a forma como a educação historicamente foi estruturada, já que, tradicionalmente, os sistemas educacionais, em sua maioria, foram organizados a partir de um modelo centrado na infância e juventude. Como consequência, estudantes adultos e idosos, muitas vezes, são percebidos como “fora do padrão”, o que pode gerar inadequações institucionais.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

Nesse contexto, o conceito de educação ao longo da vida merece destaque, ao reconhecer processos contínuos de aprendizagem em diferentes momentos (Silva, 2024). Isto é, há o reconhecimento de que a aprendizagem não é uma atividade restrita a determinadas fases da vida.

A partir dessa compreensão, diferentes abordagens educacionais ajudam a pensar práticas mais adequadas aos diversos públicos. Pedagogia, Andragogia e Gerontogogia devem ser vistas como campos complementares que auxiliem a compreensão de especificidades dos processos de ensino e aprendizagem ao longo da vida.

Figura 1: Evolução da educação ao longo da vida



Imagem ilustrativa de escada com três degraus ascendentes conforme a idade avança. Cada degrau representa, respectivamente a pedagogia (ensino de crianças e adolescentes), a andragogia (educação de adultos) e a gerontogogia (educação de pessoas idosas).

Fonte: Elaboração própria no Napkin (2026).

Ressalta-se que essa perspectiva dialoga com importantes marcos legais que reconhecem o direito à educação em todas as idades. O estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003), por exemplo, reafirma esses compromissos.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO

Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)

Art. 21. O poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

No âmbito das políticas educacionais, uma das expressões da educação ao longo da vida se vincula a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade, em geral, apresenta estudantes com percursos marcados por interrupções escolares, inserções antecipadas no mercado de trabalho e responsabilidades familiares. Dessa forma, pensar a EJA e, de forma mais ampla, a diversidade geracional, implica a busca por práticas e currículos que dialoguem com a realidade dessas pessoas.

Entretanto, mesmo diante de avanços conceituais e legais, alguns desafios se apresentam. Assim como ocorre em outras dimensões da diversidade, o preconceito baseado na idade, o etarismo, pode se manifestar de forma explícita ou sutil. Expressões como: “esse aluno já devia saber disso” ou “já passou da idade de estudar” revelam percepções que desconsideram trajetórias e impactam na permanência desses estudantes.

No contexto da RFEPCT, a diversidade geracional torna-se uma característica marcante. Ao ofertar cursos do ensino fundamental, a exemplo do Colégio Universitário do Maranhão e do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, passando por cursos técnicos integrados ao ensino médio, frequentados majoritariamente por adolescentes, até cursos técnicos subsequentes, de graduação, pós-graduação e programas voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT), as instituições que compõem a Rede Federal criam possibilidades e, também, desafios.

A presença de diferentes gerações no mesmo ambiente educativo amplia as possibilidades de aprendizagem, favorecendo a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas. Enquanto estudantes mais jovens podem contribuir com maior familiaridade com tecnologias digitais e novas formas de comunicação, estudantes adultos e idosos trazem experiências profissionais, saberes construídos ao longo da vida e diferentes formas de interpretar a realidade.

Por outro lado, também, gera desafios. Diferenças nos ritmos de aprendizagem, nas expectativas em relação ao ensino, nas formas de comunicação e nas condições de permanência passam a exigir práticas pedagógicas flexíveis e inclusivas. Além disso, torna-se fundamental combater estereótipos relacionados à idade, como a ideia de que pessoas mais velhas têm menor capacidade de aprender ou de utilizar tecnologias, ou que estudantes mais jovens são desinteressados ou pouco comprometidos.

Logo, é fundamental avaliar em que medida práticas pedagógicas e institucionais realmente refletem a diversidade geracional como elemento constitutivo da educação profissional e tecnológica.

PARA REFLETIR

As estratégias utilizadas em sua unidade contemplam estudantes de diferentes faixas etárias?

23

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA

O Brasil é um país de dimensão continental, marcado por desigualdades regionais e territoriais. Nesse contexto, os estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) apresentam trajetórias diversas, marcadas por distintas realidades e condições socioeconômicas, que influenciam seus pontos de partida no processo educacional.

Acerca disso, o aspecto socioeconômico engloba situação de renda, acesso à saúde, condições de moradia, inserção no mundo do trabalho e cultura. Esses elementos influenciam diretamente os percursos educacionais, impactando a formação desses seres humanos tanto no âmbito pessoal, quanto acadêmico.

A distribuição dessas condições e serviços públicos é desigual no país. Ela não se materializa de forma homogênea, o que significa que tanto os espaços quanto às condições de aprender são diversas. Ao mesmo tempo, cada território além de carências, possui potencialidades, pois contextos rurais, urbanos e periféricos carregam práticas de referência que podem ser abarcadas nos contextos educacionais.

Santos (1994) ajuda a compreender que essas desigualdades produzem diferentes territorialidades, ou seja, representações de como esse território é usado. Tais territorialidades se expressam em dinâmicas socioeconômicas específicas, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que articulam atividades produtivas com vínculos locais.

**DÊ UM
CLIQUE**



Conheça os Arranjos Produtivos Locais Brasileiros:

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/apls-brasileiros>

Isso traz uma reflexão: **como associar a formação socioprofissional às realidades em que as instituições estão inseridas?** As territorialidades, quando articuladas ao ensino, pesquisa e extensão, podem ser alavancas para o acesso, permanência e êxito.

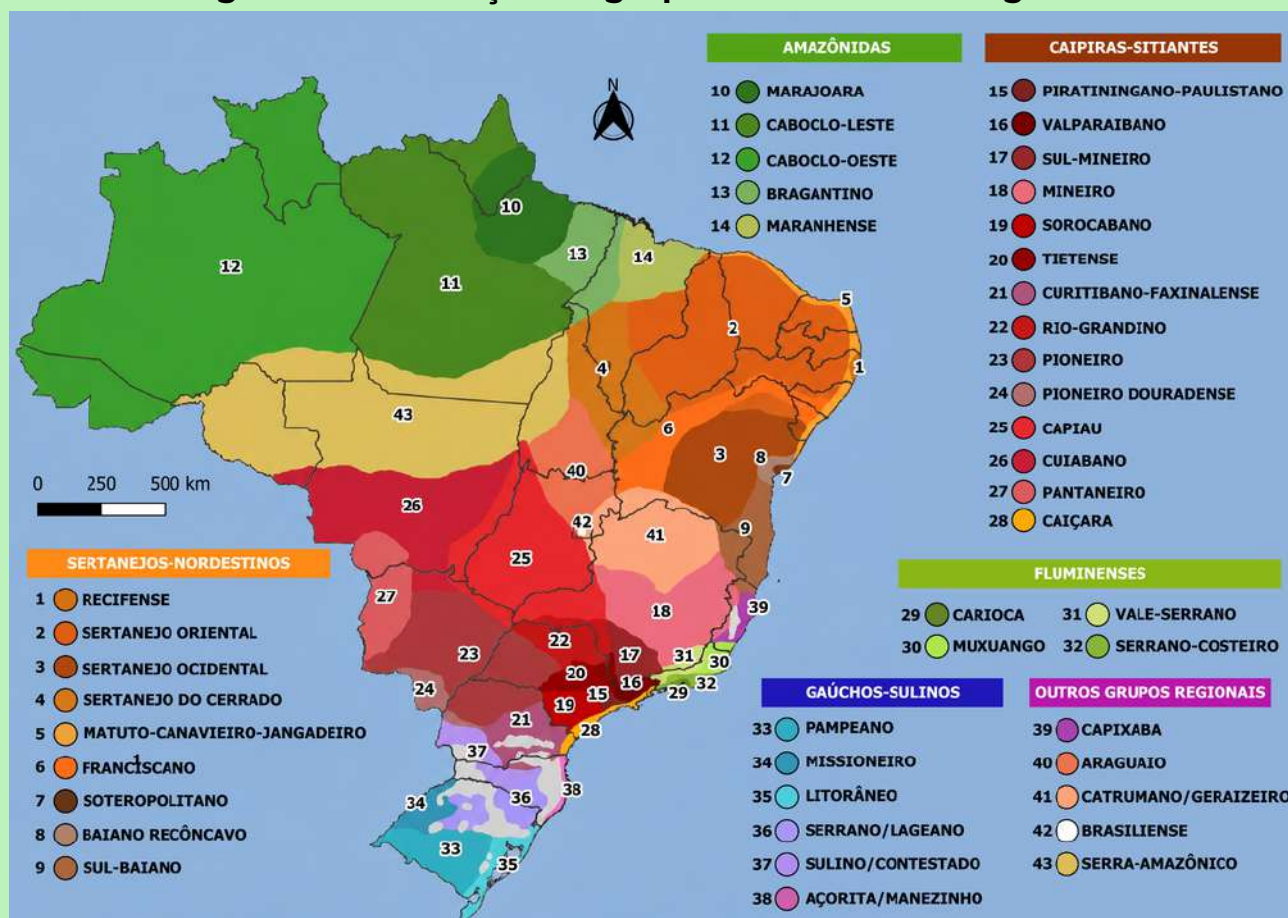
Nesse eixo, no país há uma série de povos e comunidades tradicionais que se organizam socialmente a partir do uso de seus territórios. Indígenas, quilombolas, benzedeiros, extrativistas, pantaneiros, catingueiros, pescadores, ciganos e ribeirinhos, por exemplo, constroem suas práticas a partir de saberes intergeracionais, frequentemente invisibilizados nos currículos.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

A análise conjunta dessas dinâmicas territoriais, também permite identificar regionalidades, isto é, conjuntos de características socioeconômicas que conferem singularidades às diversas regiões do país. Tais características que marcam essas regiões são chave para construção de uma educação que vincule o ensino e as identidades individuais e coletivas das/os estudantes.

No mapa a seguir, você pode conhecer alguns desses grupos e identidades regionais que estão presentes no Brasil e que, conseqüentemente, fazem parte da RFEPCT.

Figura 2: Distribuição de grupos e identidades regionais



Fonte: Gimenes, 2021; Silva, 2026;

Mapa do Brasil dividido em 43 grupos e identidades regionais, representados por diferentes cores e numerados. A legenda organiza esses grupos em seis grandes conjuntos: Sertanejos-Nordestinos, Amazonidas, Caipiras-Sitiantes, Fluminenses, Gaúchos-Sulinos e Outros Grupos Regionais. Cada região do país apresenta subdivisões culturais específicas, evidenciando a diversidade social de grupos e identidades regionais brasileiras.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

Para ampliar essa reflexão, convidamos você, cursista, a conhecer histórias de estudantes que vivenciam diferentes realidades socioeconômicas e a refletir sobre o papel da educação na transformação dessas trajetórias. Escolha um dos episódios da playlist a seguir e reflita como as condições de vida influenciam o acesso, a permanência e o êxito estudantil, bem como sobre o papel das instituições na construção de oportunidades mais equitativas.



**SOBRE O
SOM**

Trajetórias da Rede Federal

<https://drive.google.com/drive/folders/1IjJCiFu79WfV7rbzi1X5gE8C8ExCXW0j?usp=sharing>



Os relatos mostram que as condições socioeconômicas superam a questão da renda, englobando segurança alimentar, tempo de estudo, transporte, apoio familiar e acesso digital. Assim, pensar a diversidade socioeconômica na RFEPCT significa dar atenção aos aspectos multiescalares que influenciam nossos estudantes, reorientando ações institucionais que considerem condições cotidianas, hábitos comuns e situações de vida.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO



Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Decreto 12.603/2025):

Art. 2º - São princípios da PNEPT:

IV - indissociabilidade entre educação e prática social, de modo a assegurar a formação crítica e cidadã, considerada a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos;

VII - respeito às diferenças regionais, culturais, étnico-raciais e de gênero, e às necessidades específicas de diferentes grupos sociais, que valorizem a diversidade, a equidade, a sustentabilidade, a inclusão social e a cidadania;

PARA REFLETIR



Quais desafios socioeconômicos são mais frequentes entre as/os estudantes da sua instituição?

Quais grupos de estudantes você acredita que enfrentam maiores desafios socioeconômicos? Por quê?

26



NÚCLEOS ESPECIALIZADOS E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE NA RFEPCT

A promoção da diversidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) não depende apenas de ações individuais ou de iniciativas pontuais. Para que ela ocorra de forma equitativa e inclusiva, é necessário que existam estruturas institucionais capazes de planejar, acompanhar e fortalecer práticas voltadas à garantia de direitos e ao enfrentamento das desigualdades.

Diversas instituições da RFEPCT nos últimos anos tem feito um movimento de criação e/ou fortalecimento de um conjunto de núcleos especializados ou estruturas semelhantes voltados à construção de uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade em suas múltiplas dimensões.

Apesar de apresentarem diferença de nomenclatura e de organização a depender da instituição, nesse módulo discorreremos sobre os seguintes Núcleos: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE); Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI); Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade (NUGED) e Núcleo de Arte e Cultura (NAC).

Embora cada Núcleo possua objetivos e campos de atuação específicos, todos compartilham o compromisso de enfrentar desigualdades historicamente produzidas e de assegurar que estudantes, servidoras(es) e trabalhadoras(es) tercerizadas(os), em sua pluralidade de identidades, culturas, condições e trajetórias, encontrem um ambiente educacional acolhedor, democrático e comprometido com os direitos humanos. Dessa forma, esses núcleos fortalecem a implementação de políticas institucionais que reconhecem a diversidade como um elemento constitutivo da RFEPCT.

NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) ou estruturas semelhantes¹ têm como principal objetivo promover a inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais específicas. Sua atuação está fundamentada na perspectiva da educação inclusiva, buscando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas que possam limitar a participação plena dos estudantes.



Na RFEPCT a criação dos Napnes foi resultante da política de inclusão denominada Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), proposta por duas secretarias do Ministério da Educação: a extinta Secretaria de Educação Especial e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, em meados do ano 2000. (Penha e Almeida, S.D,p.5)

¹Como por exemplo: Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEE) do IFMG ou as Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE)

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

O TEC NEP, conforme Gonçalves e Azeredo (2016) foi estruturado em quatro momentos:

1 Mobilização e Sensibilização

2 Consolidação dos Napnes

3 Formação e Recursos Humanos

4 Utilização e desenvolvimento de tecnologia assistiva

A partir desse processo, os NAPNEs passaram a atuar como importantes espaços de incentivo à inclusão nas instituições. Entre suas principais atribuições estão o assessoramento às equipes pedagógicas, a orientação de docentes e técnicas(os) administrativas(os), a articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a promoção de ações de sensibilização da comunidade acadêmica e o acompanhamento das necessidades das(os) estudantes. Além disso, esses núcleos contribuem para o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade, adaptação de materiais didáticos e utilização de tecnologias assistivas, favorecendo condições equitativas para o processo de ensino e aprendizagem. Mais do que oferecer apoio individualizado, os NAPNEs estimulam a construção de uma cultura institucional comprometida com a inclusão, reconhecendo que as diferenças fazem parte da diversidade humana e enriquecem o ambiente educacional.

No IF Goiano, por exemplo, de acordo com Borges (2019) os NAPNEs organizam sua atuação considerando diferentes públicos:

- a) Da Educação Especial: Deficiências (física, motora, mental, visual, auditiva, sensorial, etc.); Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Transtorno Desintegrativo da Infância; Síndrome de Rett; Autismo; Síndrome de Asperger; Espectro Autista; Altas Habilidades/Superdotação.
- b) Das Necessidades Educacionais: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtornos hipercinéticos e específicos das habilidades escolares; Dislexia (dislalia, disgrafia, disortografia, discalculia, etc.); Demais transtornos neurológicos que impossibilite ou atrapalhe sua permanência e/ou conclusão de seus estudos.
- c) Das Necessidades Específicas: Qualquer pessoa que se sinta excluída ou marginalizada de alguma forma devido à idade (no caso de idosos), às características físicas (obesos), etnia, orientação sexual, gênero, credo, condição econômica, etc.

Compreender a diversidade do público atendido pelos NAPNEs ou por estruturas semelhantes amplia a capacidade institucional de reconhecer as diferentes especificidades que atravessam o percurso formativo das/os estudantes, favorecendo a implementação de práticas educacionais mais inclusivas e equitativas.

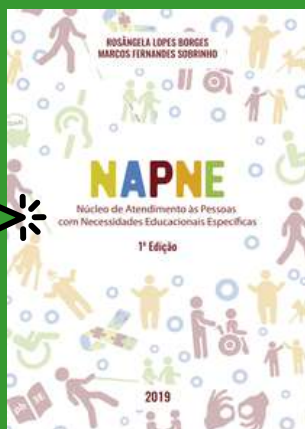
PARA REFLETIR

Na sua instituição, de que forma o NAPNE tem contribuído para promover o acesso, a permanência e o êxito das/dos estudantes?

28

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

PARA SABER MAIS



Recomenda-se a leitura de produtos educacionais sobre os NAPNEs desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O material da esquerda foi desenvolvido por Borges e Fernandes-Sobrinho (2019), no IF Goiano – Campus Morrinhos; o da direita, por Santana (2024), no IFPE – Campus Olinda.



NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS

Os NEABIs derivam dos NEABs (focados na cultura negra), inspirados em iniciativas pioneiras como o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1959. Na RFEPCT esses núcleos ou estruturas semelhantes² possuem um papel de natureza propositiva, consultiva e executiva nas questões de diversidade e inclusão. Dentre seus principais eixos de atuação estão:

* Implementação da Legislação sobre Educação Étnico-Racial:

A finalidade mais direta e transversal dos núcleos é garantir e acompanhar o cumprimento efetivo das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A atuação dos núcleos ocorre assessorando as equipes pedagógicas para que essa temática seja contemplada em abordagens multi, trans e interdisciplinares nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

* Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão:

O fomento de forma sistêmica de atividades de ensino, pesquisa e extensão inclui a produção e indicação de materiais didáticos e acervos bibliográficos específicos; a promoção de eventos acadêmicos, cursos de capacitação e atividades artístico-culturais; além do incentivo à produção científica e publicação de pesquisas relacionadas à temática.

²Como por exemplo: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta, Comunidade LGBTQIA+ e Identidades (NEABI+/IFAP) e Observatório de Histórias, Culturas, Artes e Literaturas Indígenas (OHCALI/CEFET-RJ).

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPCT

* Combate ao Racismo e Valorização das Identidades:

Sua missão é contribuir para uma educação emancipatória, desconstruindo preconceitos e combatendo a discriminação e o racismo no ambiente escolar de modo a efetivar a cidadania por meio da valorização da ancestralidade e de cada identidade negra, indígena e quilombola presente nas instituições onde atua.

Além dos eixos, vale ressaltar o processo de expansão dos NEABIs na rede federal ao longo dos últimos anos. Silva (2023) identifica que, em 2010, existiam apenas três núcleos formalmente constituídos, localizados no IFPA, IFES e CEFET-MG. Pouco mais de uma década depois, um levantamento realizado pelo CONIF (2022), com 32 instituições da RFEPCT revelou que todas possuíam NEABIs ou estruturas correlatas. Esse avanço evidencia a consolidação desses núcleos como importantes espaços de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, contribuindo para a implementação de ações voltadas à promoção da diversidade étnico-racial.

PARA SABER MAIS



Recomenda-se a leitura de produtos educacionais sobre os NAPNEs desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O material da esquerda foi desenvolvido por Souza et al. (2023), no IFG – Campus Uruaçu; O da direita, por Araújo e Ribeiro (2025), no IF Goiano – Campus Urutaí.



PARA REFLETIR



Qual é o nível de conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações desenvolvidas pelo NEABI ou estrutura semelhante?

Como as iniciativas do NEABI influenciam o ambiente institucional e as relações entre a comunidade acadêmica?

30



NÚCLEOS DE ESTUDOS EM GÊNERO E DIVERSIDADE

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é composta por instituições que acolhem estudantes, servidoras(es), terceirizadas(os) com diferentes histórias de vida, identidades, culturas e formas de compreender o mundo. Essa diversidade é uma das maiores riquezas da rede, mas também traz desafios relacionados à promoção da convivência respeitosa e ao enfrentamento das desigualdades e das discriminações.

Questões relacionadas ao gênero e à sexualidade fazem parte da realidade escolar. Situações de machismo, misoginia, assédio, violência de gênero, LGBTQIA+fobia e discriminação tendem a afetar o acesso, a permanência, o desempenho acadêmico e o bem-estar de estudantes e trabalhadores da educação. Diante desse cenário, torna-se fundamental que as instituições desenvolvam políticas e ações voltadas à promoção da diversidade, dos direitos humanos e da equidade. É nesse contexto que se inserem os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs) ou estruturas correlatas³.

Os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual são espaços institucionais criados em diversas instituições da Rede Federal com o objetivo de promover a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e o enfrentamento às diferentes formas de discriminação e violência. Embora cada instituição possua autonomia para definir sua organização e até mesmo sua nomenclatura, os NUGEDs compartilham uma finalidade comum: contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, seguro, democrático e acolhedor para todas as pessoas que fazem parte da Rede.

Mais do que responder a situações de conflito, esses núcleos buscam desenvolver ações permanentes de educação, sensibilização e formação sobre a temática, o que contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

PARA SABER MAIS



O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (Nugedes) do Instituto Federal do Ceará (IFCE), por exemplo, possui uma página institucional na internet com uma série de informações que vão desde a legislação nacional, passando por instituições de apoio, à Campanhas, como a “Prevenção a violência de gênero”.



³Alguns exemplos: Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Interseccionalidade (Nugedis) no IFPR; Núcleo de Estudos em Trabalho, Sociedade e Gênero (NETSEG) do IFTM; o Núcleo de Gênero e Sexualidade (NUGS) do IFSP, Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade (GENI) do IF Baiano.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPT

Na prática, esses núcleos desempenham um papel multifacetado através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Suas ações incluem a realização de rodas de conversa, oficinas, palestras, grupos de estudo e eventos. Além disso, promovem a formação continuada de servidoras(es) e a elaboração de materiais educativos, como cartilhas, para sensibilizar a comunidade acadêmica.

O impacto desses núcleos é vital para a permanência e o êxito escolar de minorias sociais, funcionando como espaços de acolhimento, reconhecimento e "re-existência". Ao oferecerem um refúgio contra a opressão, eles permitem que estudantes com trajetórias marcadas pela diferença encontrem fortalecimento para concluir seus estudos e se tornem cidadãos críticos e agentes políticos capazes de transformar a realidade social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e diversa.

O seguinte trecho é um depoimento do Representante 13 (docente, homem, cisgênero, homossexual, branco), coletado para a pesquisa apresentada no artigo "A diversidade sexual e de gênero em evidência em um Instituto Federal"

[...] No nosso campus, a gente tem heranças, discursos, práticas muito retrógradas. [...] É nesse sentido que eu vejo a importância do NUGEDS" (GUIMARÃES; NARDI, 2025, p. 9)

ABRE ASPAS

PARA SABER MAIS



Recomenda-se a leitura desses dois produtos educacionais desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que abordam a temática de gênero e diversidade sexual. A esquerda destaca-se o produto educacional elaborado por Basso (2020), no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Campus Cacoal, e o material desenvolvido por Strapazzon e Cesaro (2021), no Instituto Federal Catarinense (IFC), apresentado à direita.

PARA REFLETIR

Sua instituição possui um Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) ou estrutura equivalente? Quais ações ele desenvolve?

Os estudantes LGBTQIAPN+ encontram espaços seguros para diálogo, participação e representação em sua instituição?

NÚCLEOS DE ARTE E CULTURA

A educação profissional, científica e tecnológica tem entre os seus princípios a formação integral das/os estudantes. Isso significa reconhecer que a instituição educacional, seja ela Instituto, Escola Técnica, Colégio ou Centro de Educação Profissional não deve se limitar à preparação para o mundo do trabalho, mas também contribuir para o desenvolvimento das dimensões intelectual, ética, social, cultural, estética e cidadã de cada estudante.

Nesse contexto, a Arte e a Cultura ocupam um papel fundamental. Elas possibilitam a expressão da criatividade, valorizam as diferentes identidades culturais, fortalecem o sentimento de pertencimento e ampliam as oportunidades de diálogo entre os diversos grupos que compõem a comunidade acadêmica.

Historicamente, as instituições da Rede Federal desenvolvem inúmeras ações culturais por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, tais como festivais, grupos artísticos, exposições, mostras culturais e iniciativas voltadas à preservação da memória institucional e do patrimônio cultural. No entanto, essas ações frequentemente aconteciam de forma isolada, dependendo do engajamento de servidoras(es) e estudantes ou de iniciativas pontuais dos campi, escolas vinculadas às Universidades Federais, etc., sem uma política institucional que garantisse sua continuidade, integração e fortalecimento.

Com o objetivo de superar essa fragmentação, a partir da segunda metade de 2010, há um movimento por parte de um conjunto de instituições da RFEPC na direção de promover o acesso, a produção, a circulação e a valorização das diferentes expressões artísticas e culturais presentes em seus territórios. Esse movimento reconhece que a diversidade cultural brasileira constitui um patrimônio coletivo e que sua promoção deve estar articulada às funções institucionais do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação.

Nesse contexto, a criação dos Núcleos de Arte e Cultura (NACs) ou estruturas correlatas constitui uma das principais estratégias de implementação da Política de Arte e Cultura nas instituições da RFEPC. Os NACs são espaços institucionais destinados a articular, fomentar, acompanhar e fortalecer as ações relacionadas à arte e à cultura, promovendo sua integração com as atividades acadêmicas e administrativas.

Os NACs também incentivam projetos de pesquisa e extensão relacionados à arte e à cultura, promovem editais de incentivo à produção artística e apoiam grupos culturais formados por estudantes, servidoras(es) e membros da comunidade externa.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Mais do que organizar eventos culturais, os Núcleos de Arte e Cultura também assumem o papel de instâncias permanentes de planejamento, diálogo e articulação entre diferentes setores da instituição e a comunidade externa. Dessa forma, contribuem para a construção de políticas culturais institucionais capazes de garantir continuidade às ações desenvolvidas, ampliar a participação da comunidade acadêmica e fortalecer a relação entre a instituição e os contextos socioculturais nos quais está inserida.

Os NACs também desempenham importante papel na valorização da diversidade de expressões culturais presentes na Rede Federal. Isso significa reconhecer e promover manifestações artísticas e culturais produzidas por diferentes grupos sociais, respeitando as identidades étnico-raciais, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, as populações do campo, os grupos tradicionais, as pessoas com deficiência, as diferentes gerações, as mulheres e a população LGBTQIA+, entre outros sujeitos que compõem a comunidade acadêmica. Assim, a política cultural dialoga diretamente com os princípios da inclusão, da equidade e dos direitos humanos que orientam a atuação da Rede Federal.

POR DENTRO DA LEGISLAÇÃO



Plano Nacional de Cultura (Lei Nº 12.343,/2010)

Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

Política Nacional das Artes (Decreto nº 12.916/2026)

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional das Artes – PNA, com a finalidade de ampliar o acesso e promover o direito da população brasileira às artes como parte do exercício dos direitos culturais de que trata o Art. 215 da Constituição Federal;

PARA REFLETIR



Sua instituição possui uma Política de Arte e Cultura e um Núcleo de Arte e Cultura (NAC) ou outra estrutura semelhante?

Na sua percepção, quais são os principais desafios para o fortalecimento das ações de Arte e Cultura em sua instituição?



ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: UMA ABORDAGEM INTERSECIONAL DA DIVERSIDADE NA RFEPCT

Nas seções anteriores, apresentamos os fundamentos da diversidade humana, sua expressão no contexto escolar e, de modo particular, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Também discutimos o papel dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), dos Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGEDs) e dos Núcleos de Arte e Cultura (NACs), ou estruturas institucionais semelhantes, como espaços estratégicos para a promoção de uma cultura institucional fundamentada no respeito às diferenças, na valorização da diversidade, na equidade e na inclusão.

Nesse contexto, uma abordagem interseccional sobre a temática amplia a compreensão no que diz respeito à diversidade na RFEPCT ao evidenciar que marcadores como raça, gênero, deficiência, orientação sexual, territorialidade, condição socioeconômica e geração não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção de oportunidades e desigualdades. Adotar uma abordagem interseccional significa, portanto, compreender que as múltiplas dimensões que influenciam as trajetórias estudantis nas ETVs, IFs, CEFETs e Colégio Pedro II não devem ser pensadas de forma isolada ou simplesmente enquanto uma soma de determinados marcadores.

Ao incorporarmos o paradigma da interseccionalidade na abordagem da diversidade na RFEPCT e sua relação com o Acesso, a Permanência e o Êxito das(os) estudantes, partimos do pressuposto de que essa perspectiva constitui um caminho fundamental para fortalecer o compromisso institucional com um projeto ético-político orientado pelos princípios da equidade, da inclusão e da justiça social. Sob essa perspectiva, reconhece-se que as desigualdades educacionais são produzidas pela articulação de múltiplos marcadores sociais da diferença, exigindo políticas, práticas pedagógicas e ações institucionais capazes de responder à complexidade das experiências vividas pelos diferentes pessoas que compõem a comunidade acadêmica.

DICA DE LEITURA

Em uma exploração abrangente da interseccionalidade, as autoras esclarecem sua evolução, importância e aplicações. Abordando questões atuais, das lutas pelos direitos humanos ao feminismo negro no Brasil, oferecem uma compreensão clara e prática, apontando o caminho para uma sociedade mais justa.



Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Nessa direção, retomamos os conceitos de Acesso, Permanência e Êxito presentes na PNAPE (2026):

*Acesso:

Ingresso efetivo de estudantes aos cursos da RFEPC, assegurado por meio de processos seletivos inclusivos, transparentes e equitativos, levando em consideração a redução de barreiras e a ampliação de oportunidades educacionais para todos os grupos sociais, especialmente para aqueles historicamente minorizados ou em situação de vulnerabilidade, considerando aspectos territoriais, étnico-raciais, de gênero, deficiência, geracional e condições socioeconômicas;

*Permanência:

Continuidade qualificada da trajetória educativa dos estudantes na RFEPC, assegurada por condições materiais, pedagógicas, psicossociais e institucionais que favoreçam seu desenvolvimento acadêmico, pessoal e social, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e de ações que promovam integração, acolhimento, pertencimento, bem-estar e suporte à aprendizagem;

*Êxito:

Realização plena e significativa do percurso formativo dos estudantes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, traduzida na conclusão dos cursos com qualidade, considerando a formação humana, técnica, ética, estética e cidadã, e consequentemente a capacidade de inserção crítica e transformadora na sociedade e no mundo do trabalho para além da certificação ou diplomação;

Ao utilizarmos os três conceitos e relacionarmos a partir de uma abordagem interseccional da diversidade, compreendemos que essas dimensões não podem ser analisadas de forma isolada ou descontextualizada das múltiplas condições que atravessam as trajetórias estudantis. Quando consideradas separadamente, corre-se o risco de invisibilizar os fatores sociais, econômicos, culturais, de deficiência, de gênero, entre outros, que produzem e reproduzem as desigualdades ainda existentes na rede federal. A perspectiva interseccional, por sua vez, possibilita uma compreensão mais ampla e integrada dessas dinâmicas, ao reconhecer que diferentes marcadores sociais da diferença se articulam e influenciam as oportunidades e os desafios vivenciados pelas(os) estudantes.

Logo, políticas voltadas ao acesso, permanência e êxito estudantil precisam considerar essas múltiplas dimensões as quais as/os estudantes estão inseridos. Programas de assistência estudantil, políticas de ações afirmativas e estratégias pedagógicas inclusivas são exemplos de iniciativas que podem contribuir para reduzir desigualdades estruturais.

Nesse contexto, torna-se fundamental que as instituições desenvolvam práticas institucionais baseadas na escuta, no diálogo e no reconhecimento das realidades vividas pelos estudantes.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

Isso implica construir ambientes educacionais capazes de acolher diferenças e oferecer suporte adequado às diversas trajetórias acadêmicas.

Além disso, a interseccionalidade contribui para ampliar o olhar institucional sobre os desafios enfrentados pelos estudantes, permitindo que as políticas educacionais sejam mais sensíveis às múltiplas dimensões da diversidade.

Em diversas instituições da Rede Federal, programas de permanência estudantil têm sido ampliados para considerar fatores como renda familiar, condições de deslocamento, situação de vulnerabilidade social e necessidades específicas de aprendizagem. Essas iniciativas demonstram que promover equidade na educação exige reconhecer que nem todos os estudantes partem das mesmas condições.

Desse modo, compreender a interseccionalidade também contribui para ampliar o papel social da educação. Ao reconhecer que diferentes marcadores sociais influenciam as experiências e oportunidades dos sujeitos, torna-se possível compreender de forma mais ampla os desafios enfrentados por diferentes grupos no contexto educacional.

PARA REFLETIR



Caso: Dois estudantes ingressam em um mesmo curso na Rede Federal.

Estudante 1 - Mora próximo da instituição e a família possui condições financeiras.

Estudante 2 - Mora distante da instituição, é o primeiro da família a ingressar em uma instituição federal e precisa conciliar trabalho e estudo.

Ambos possuem as mesmas oportunidades de permanência e êxito?



CONSIDERAÇÕES

Prezada(o) cursista,

No decorrer do Módulo II, tivemos a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre Fundamentos Diversidade Humana e a Diversidade na RFEPCT bem como a importância dos Núcleos Especializados ou estruturas correlatas na promoção dessa diversidade no interior das instituições, sejam elas Institutos Federais, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Centros de Educação Profissional e o Colégio Pedro II.

As reflexões propostas buscaram evidenciar que a promoção da diversidade na educação profissional não depende apenas do conhecimento da legislação ou das políticas institucionais, mas também do compromisso cotidiano de cada profissional com o respeito às diferenças, o enfrentamento das desigualdades e a valorização dos direitos humanos.

Esperamos que os conteúdos abordados ao longo deste módulo tenham contribuído para a sua formação pessoal e profissional, ampliando sua compreensão sobre a diversidade na RFEPCT. Que essas reflexões inspirem o desenvolvimento de práticas pedagógicas, administrativas e institucionais cada vez mais inclusivas, comprometidas com a promoção da diversidade e com o fortalecimento do acesso, da permanência e êxito.

Com o objetivo de consolidar o aprendizado desenvolvido nesse módulo, disponibilizamos no MOODLE uma atividade em formato de questionário com 10 questões objetivas.

No início do próximo mês estará disponível o Módulo III, o qual serão trabalhados conteúdos sobre Inclusão e Equidade e sua interface com a realidade da RFEPCT.

Desejamos que PERMANEÇA conosco e e aproveite bastante!

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A Arte de Produzir Fome**. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml>.

ARAÚJO, Cleide Maria Fernandes de; RIBEIRO, Cristiane Maria. **Plano de Ação para NEABIs**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/973244>, 2025.

BASSO, Julia de Souza Lopes. **Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583362>.

BORGES, Rosângela Lopes; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. **Caderno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553210>, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui a Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.022, de 2023.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282365&filename=Avulso%20PL%202022/2023.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm.

BRASIL. **Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – PNEPT, regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – SINAEP. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12603.htm.

BRASIL. **Decreto nº 12.916, de 30 de março de 2026.** Institui a Política Nacional das Artes. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2026]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2026/decreto-12916-30-marco-2026-798901-publicacaooriginal-178692-pe.html>.

CONOPCA, Maria do Carmo; CAVALARI JUNIOR, Octavio. **O menino que nasceu aos quinze anos.** Brasília, DF: EduCapes, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433743/2/ebook_O_MENINO_QUE_NASCEU_%20AOS_QUINZE_ANOS_CONOPCA_Maria_do_Carmo_CAVALARI_JR_Octavio.pdf.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Estudo sobre ações de diversidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC).** Brasília, DF: CONIF, 2022. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/estudos/estudo-sobre-acoes-de-diversidade-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-rfepct>.

DINIZ, Maria Clara de Paula. MOVIMENTOS E LUTAS LGBT+ NO BRASIL: organização, embates e conquistas. **Revista Historiar**, [s. l], v. 17, n. 32, p. 255-270, 2025. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/558>.

GONÇALVES, Lizandra Falcão; AZEREDO, Marta Roseli de. **TECNEP INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL.** UNISC: Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/download/14873/3470>. Acesso em: 21 maio 2026.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

GUIMARÃES, Willian; NARDI, Henrique Caetano. **A Diversidade Sexual e de Gênero em Evidência em um Instituto Federal**. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 45, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xdH8GqgJv9TXPwSgMJCbCjk/?lang=pt>.

IBGE. **Censo 2022**: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE de Notícias, Rio de Janeiro, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013.

JUSTAMAND, Michel et al. O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI – Brasil. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 10, n. 8, p. 1-27, 9 jul. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17095>.

LIMA, A. C. S. **Um Olhar Sobre A Presença Das Populações Nativas Na Invenção Do Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopez da; GRUPIONI, Luiz Donisetti Benzi (org.). A questão indígena na sala de aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Rio de Janeiro: MEC, 1995. p. 407-419.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MATUMBI, Lazzo. **Lazzo Matumbi 14 de Maio no Congresso Federal**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 23 maio 2019. 1 vídeo (2 min 7 s). Publicado pelo canal Lazzo Matumbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjORYovN9iY>.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **APLs Brasileiros**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, [202-?]. In: Observatório APL. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/apls-brasileiros>.

NASCIMENTO, Madelon Araújo; FERREIRA, Marcos Ramon Gomes. **A afetividade como lente de humanização do trabalho no contexto educacional**: inspirações, reflexões e ações. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/644361>. Acesso em: 1 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da ONU, 1948 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

PNP. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF: MEC, [2022?]. Disponível em: <https://pnp.mec.gov.br/>.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: Santos, M. et al. (orgs.) Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, Zilda Cristina dos; ARAGÃO, Ailton de Souza. QUILOMBOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E A IMPORTÂNCIA PARA UMA CULTURA DE RESISTÊNCIA. **Pensamento e Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 28-43, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/index.php/revista-pensamento-sociedade/article/view/499>.

Educar para a Diversidade e a Inclusão na RFEPC

SILVA, Marcell da. **A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos NEABIS no IFSUL**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=13738780, 2023.

SILVA, Talita Mirella Ferreira da. **Desafios à implementação do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) no Campus Ouricuri –IFSERTÃOPE, na perspectiva dos atores da gestão**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1378>, 2024.

SOUZA, Rosita Camilo; SANTIAGO, Leia Adriana da Silva; RODRIGUES, Rhanya Rafaella; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral. **Guia de ações orientativas para a implementação do NEABI no IFG - Campus Uruaçu**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739741>, 2023.

STRAPAZZON, Jair Adriano; CESARO, Humberto Luís de. **Diversidade Sexual e de Gênero: construir caminhos, para desconstruir preconceitos**. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Ifc, Blumenau, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643836>.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Editora Todavia, 2019

VIGOTSKI, Lev. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Formadores

Equipe Rede APE



Alberto Leal (IFBA)
Especialista da Região
Nordeste



Ana Carolina Castro (IFPA) Especialista da
Região Norte



Carla Comerlato Jardim
Coordenadora do
Programa Rede APE



Daiele Zuquetto (IFFar)
Apoio Técnico
Pedagógico



Denize Sott (IFFar)
Coordenação Adjunta
Administrativa



Fabrício Colvero (IFFar)
Especialista em
Transmissão e
Audiovisual



Fernando Farias (IFFar)
Estudante Bolsista de
Comunicação e Eventos



Fernando Oliveira (IFFar)
Especialista em Gestão de
Sistemas



Franciele Forigo (IFFar) Especialista em
Ciência de Dados



Gabriela Superti (IFRS)
Estudante Bolsista da
Região Sul



Heise Arêas (IFF)
Especialista da Região
Sudeste



Leandro Ilgenfritz (IFFar) Apoio Técnico
Administrativo

Formadores

Equipe Rede APE



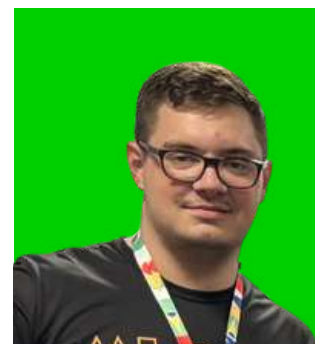
Luana Lacerda (IFSP)
Estudante Bolsista da
Região Sudeste



Luis Fernando (IFB)
Estudante Bolsista da
Região Centro-Oeste



Monique da Silva (IFFar)
Coordenação Adjunta
Pedagógica



Pedro Stefanello (IFFar) Bolsista de
Ciência de Dados



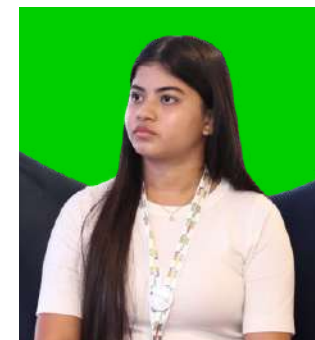
Priscyla Hammel (IFFar)
Especialista em
Comunicação e
Eventos



Rodrigo Thomas (IFFar)
Especialista em Ciência
de Dados



Tauã Carvalho (IFG)
Especialista da Região
Centro-Oeste



Thaciane Montoril (IFPA)
Estudante Bolsista da
Região Norte



Vanessa Neckel (IFRS)
Especialista da Região
Sul



Vitor Emanuell (IFRN)
Estudante Bolsista da
Região Nordeste